



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Letras – IL

Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

Trabalho de Conclusão de Curso

UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Andrea Dias de Medeiros

Brasília

2013

ANDREA DIAS DE MEDEIROS

UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação.

Orientadora: Dr.^a. Walkíria Neiva Praça.

Brasília

2013

Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Letras – IL
Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas – LIP

ANDREA DIAS DE MEDEIROS

UM ESTUDO SOBRE A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas, do Instituto de Letras da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de graduação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço especialmente às aulas de sociolinguística e de estágio de licenciatura em língua portuguesa que cursei na Universidade de Brasília, e que me forneceram um conhecimento fundamental para a realização deste trabalho.

Vício na fala

“Para dizerem milho dizem mio
Para dizerem melhor dizem mió
Para pior pió
Para telha dizem teia
Para telado dizem teiado
E vão fazendo telhados.”

Oswald de Andrade

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| INTRODUÇÃO..... | 9 |
| CAPÍTULO 1 | 10 |
| A MUDANÇA LINGUÍSTICA | 10 |
| 1.1. O FENÔMENO DA ECONOMIA LINGUÍSTICA..... | 14 |
| CAPÍTULO 2 | 19 |
| O CASO DO PLURAL | 19 |
| CAPÍTULO 3 | 24 |
| O PORTUGUES E OUTRAS LÍNGUAS: O INGLÊS E O FRANCÊS..... | 24 |
| CAPÍTULO 4 | 27 |
| COMO ENSINAR? SUGESTÕES PARA A ESCOLA..... | 27 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 30 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 32 |
| ANEXO A - FIGURAS | 34 |

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo realizar um estudo sobre a variação linguística no português brasileiro, lançando um olhar sobre o fenômeno da economia linguística e o uso dos plurais no português, em uma perspectiva voltada para o ensino.

O trabalho é dividido em três seções. Na primeira seção, têm-se algumas considerações acerca do caráter dinâmico de toda língua. Partindo do princípio de que todas as línguas mudam, e que as mudanças linguísticas ocorrem de maneira gradual e fluida, serão analisados alguns fatores determinantes para as referidas mudanças, bem como os principais fenômenos existentes na essência de tais mudanças.

Na segunda seção, tem-se a questão das variações que ocorrem no uso do plural, e as hipóteses que explicam tais variações. Em seguida, dá-se uma breve comparação com as línguas inglesa e francesa.

A terceira seção prima pela reflexão crítica acerca do ensino de língua portuguesa no Brasil, apresentando-se sugestões de como a língua pode ser ensinada através de propostas inovadoras, buscando, assim, formar estudantes curiosos e motivados em compreender os fenômenos que compõem a língua, em toda a sua riqueza e complexidade.

CAPÍTULO 1

A MUDANÇA LINGUÍSTICA

É de conhecimento que os seres humanos, mergulhados na sociedade em que vivem, interagem constantemente entre si por meio da linguagem. A linguagem permite que as pessoas expressem seus sentimentos, troquem uma gama variada de informações, exponham conhecimentos, bem como suas ideias e opiniões. Neste sentido, é natural pensar que o desejo de comunicação em uma sociedade heterogênea e plural faz com que grupos com uma dinâmica própria de vivência histórica, social, econômica e cultural, compartilhem traços linguísticos que os diferenciam de outros grupos.

O pensamento de que as línguas constituem realidades homogêneas e estáticas há muito foi abandonado. Estudos mostram que, pelo contrário, as línguas são dinâmicas, sofrem variações, se modificam e se transformam com o tempo e com o uso. Conforme Faraco (2005), apesar de estarem sempre em movimento, as línguas continuam oferecendo recursos capazes de atender plenamente às necessidades do falantes, sem perder o caráter de sistema estruturado e organizado.

Curiosamente, os falantes naturalmente competentes no uso de uma língua, dificilmente percebem que a mesma passa constantemente por um inevitável processo de transformação. Neste sentido, muitos falantes, temendo as mudanças, ao se depararem com variações em sua língua, assumem uma posição rígida, e são tomados por um desejo de preservá-la – como se preservassem a pureza de uma identidade, fundamentados na ideia (de certo modo, coerente) de que uma língua é uma forma de ver o mundo. Tal temor e instinto de preservação podem ser percebidos na fala de pessoas mais velhas, quando diante de “gírias” ou inovações na fala de pessoas mais jovens, dizem que as mesmas fazem uso errôneo daquela língua, ou corrompem e desvirtuam sua essência.

Destarte, uma língua pode ser sim o reflexo da identidade de um povo, isto é, a expressão de como uma comunidade enxerga e “conceitua” a realidade ao seu redor através de palavras. Porém, é inútil a luta contra as variações linguísticas.

As transformações que a língua sofre são reveladas facilmente quando se entra em contato com algumas situações específicas que envolvem manifestações linguísticas contrastantes. Por exemplo, enunciados linguísticos proferidos por falantes de diferentes gerações em determinado momento histórico, ou mesmo de momentos históricos diferentes, trazem expressões, palavras ou formas de se pronunciar determinados fonemas, que caíram em desuso. E ainda, é possível perceber construções variantes na língua quando se compara a fala de pessoas de diferentes regiões geográficas, ou mesmo pertencentes a classes sociais distintas. Assim, segundo Ferreira (2003), é possível concluir que existem tipos de variações determinados pela ‘época’, lugar e grupo ‘socioeconômico’ e cultural do falante.

Ferreira (2003) expõe que quando da modificação do modo de se pronunciar, do significado e da grafia das palavras, ou mesmo quando do abandono de algumas expressões, ou de sua incorporação ao léxico com o ‘tempo’, tem-se a chamada ‘variação histórica’, conforme o trecho de Drummond (1988 *apud* FERREIRA, 2003) que se segue:

Antigamente as moças chamavam-se mademoiselles e eram todas mimosas e muito prendadas. Não faziam anos, completavam primaveras, em geral dezoito. Os janotas, mesmo não sendo rapagões, faziam-lhe pé-de-alferes, arrastando a asa, mas ficavam longos meses debaixo do balaio. [...] Não havia fotógrafos, mas retratistas. Mas tudo isso era antigamente, isto é, outrora.

Por outro lado, quando as alterações na língua se dão de região para região, em um determinado espaço territorial, tem-se aí a ‘variação geográfica’. Neste sentido, é possível observar, por exemplo, o vocábulo “pipa”, que em diferentes regiões tem nomes equivalentes a “papagaio”, “pandorga” e “arraia”.

Quando a existência de variações na maneira de uso da língua dá-se em relação às condições sociais dos falantes, como, por exemplo, a escolaridade, tem-se aí a variação ‘socioeconômica’. Tais diferenciações, contudo, mostram-se apenas um aparato teórico. Um ‘tipo’ de variação não exclui os outros, mas quando somados a inúmeros outros fatores, influenciam na maneira como os falantes se relacionam com as palavras, construindo, assim, frases.

As inovações linguísticas são implementadas de acordo com estudos científicos (FARACO *et al.*, 2005), principalmente por grupos socioeconômicos intermediários, mais especificamente, a classe média baixa e o ‘topo da classe operária’. Paralelamente, no que diz respeito à faixa etária, os jovens são aqueles que mais utilizam elementos linguísticos inovadores, em detrimento de crianças, adultos e idosos. Diante de tais constatações, uma hipótese coerente que pode ser levantada é a de que o referido fato ocorre devido ao

monitoramento linguístico menor sobre a fala exercido pelos grupos supramencionados – seus membros possuem uma preocupação menor em seguir as regras padrões do idioma, fazendo uso criativo da língua, criando novas gírias e expressões, ou alterando o significado de palavras.

Segundo Labov (1972), tido por muitos como o ‘pai’ da sociolinguística, é certo que contrastes e diferenças na língua são variantes características da fala de determinados grupos, porém, faz-se importante destacar que nem toda variação implica necessariamente em uma mudança linguística, mas toda mudança existe porque há variação.

Faraco *et al.* (2005, p. 24) descreve como as mudanças linguísticas são detectadas através de pesquisas:

O que geralmente indica para o pesquisador a possível existência duma mudança em progresso é o surgimento, na distribuição estatística dos dados que correlacionam variantes linguísticas com grupos socioeconômicos e com grupos etários diferentes, de um padrão curvilíneo (isto é, um uso mais frequente de uma variante) nos grupos socioeconômicos intermediários e nas gerações mais jovens, em contraste com um padrão linear nos outros grupos socioeconômicos e etários.

Segundo Faraco *et al.* (2005), as mudanças linguísticas ocorrem quando uma forma nova, não estigmatizada socialmente, é inserida no uso corrente da língua, perdurando, em detrimento da forma antiga, que cai no esquecimento. As duas formas competem simultaneamente até que os falantes começam a utilizar a forma preferida com mais frequência.

O trabalho dos sociolinguistas é, portanto, construir uma pesquisa com o objetivo de investigar a realização de determinadas regras, constatando-se as mudanças quando da comparação de gerações e classes socioeconômicas distintas, além da análise da forma mais utilizada em um determinado espaço temporal.

Faz-se importante destacar que as mudanças, segundo Faraco *et al.* (2005), podem ocorrer em vários ‘níveis’ da organização de uma língua, ou seja, existem mudanças no domínio da fonética, da morfologia, da sintaxe, além de mudanças semânticas e lexicais.

No que concerne a estes ‘tipos’ diferentes de mudanças, é possível afirmar que as mudanças fonéticas são aquelas que ocorrem quando a pronúncia de determinados segmentos fonológicos é alterada em alguns ambientes da palavra. Faraco *et al.* (2005, p. 36) ofertam o exemplo de palavras que tiveram o fonema /l/ substituído pelo /w/ com o tempo, pela maior facilidade de pronúncia do fonema /w/: “go[l]pe” passou a ser pronunciado “go[w]pe”.

Já as mudanças morfológicas ocorrem de acordo com processos derivacionais. Câmara Jr. (1979 *apud* FARACO *et al.*, 2005, p. 37) explica que “palavras autônomas” podem se tornar sufixos derivacionais, e alguns sufixos podem deixar a condição de morfemas separados, sendo integrados à raiz da palavra.

As mudanças sintáticas, por sua vez, podem ser exemplificadas através de uma análise da ordem dos elementos constituintes na estrutura de uma sentença. De acordo com Faraco *et al.* (2005), em línguas como o latim, que possuem a flexão de caso para indicar sua função sintática, a ordem dos termos é mais livre; quando da passagem do latim para as línguas românicas, tal flexão é perdida – a ordem, portanto, se torna mais fixa.

As mudanças semânticas, por outro lado, ocorrem quando o significado das palavras é alterado. Nas pesquisas sociolinguísticas existentes, é possível encontrar processos que reduzem ou ampliam os significados das palavras. Estudar a etimologia das palavras é resgatar a história das palavras, bem como seu significado original e a evolução de significações que uma palavra adquiriu ao longo do tempo.

A palavra “*revolução*” originalmente era um termo astronômico que designava movimento regular, sistemático e cíclico dos corpos celestes. Seu significado ampliou-se ao ser introduzido no campo semântico da política, passando a designar também movimentos sociais alteradores duma ordem estabelecida (ARENDR, 1988 *apud* FARACO *et al.*, 2005, p. 4).

No que diz respeito às mudanças lexicais, é possível estudar o estado de origem do léxico de uma língua, e as novas palavras incorporadas ao léxico por meio de empréstimos de outras línguas.

É consenso entre os linguistas a noção primordial de que as línguas mudam, e que existem tipos diferentes de mudanças que atingem determinados níveis da língua.

Contra a mudança lingüística não há nada que se possa fazer: ela é inevitável e é da própria natureza das línguas, tal como a mudança é da natureza de tudo na sociedade, no mundo e no universo (BAGNO, 2011).

Com efeito, identificar quais são os principais aspectos que caracterizam tais mudanças, e analisar de que forma estas ocorrem, é indispensável para a obtenção de uma visão completa no estudo de uma língua. Faraco *et al.* (2005) enunciam que as mudanças possuem um caráter contínuo e ininterrupto. Em outras palavras, quando do recorte de algumas estruturas linguísticas conhecidas, é preciso entender que tal recorte, isto é, o estado que a língua se encontra atualmente, é resultado de um longo e incessante processo de

mudança, mesmo que os falantes não se deem conta disso. E ainda, de acordo com estudos realizados por Faraco *et al.* (2005), as mudanças ocorrem de forma lenta e gradativa, sempre atingindo partes da língua, e também de maneira regular, atingindo, de forma geral e sistemática, um mesmo elemento em todas as suas ocorrências.

É inconcebível, por exemplo, que de súbito, no território lusitânico da Península Ibérica, uma forma latina como *lupum* pudesse ter passado imediatamente para *lobo*, sem a longa cadeia evolutiva que na realidade se verificou (CÂMARA JUNIOR, 1972 *apud* FARACO *et al.*, 2005, p. 47).

Bagno *et al* (2011) destacam que as mudanças linguísticas são impulsionadas por alguns fatores sociais e cognitivos. Os fatores sociais, segundo aqueles autores, estão ligados à dinâmica da vida histórica, social e cultural das comunidades, como, por exemplo, o contato entre duas línguas por meio de processos de colonização. A transmissão linguística decorrente de tal contato acelera processos de mudança. Por outro lado, as instituições sociais (escolas e veículos de comunicação – revistas, jornais, televisão etc), são fatores sociais que parecem agir mais no sentido de tentar conter o impulso vital de mudança da língua, do que de contribuir para a sua modificação.

Os fatores cognitivos, por sua vez, são aqueles que agem no processamento interior da linguagem no cérebro dos indivíduos. Sobre tal aspecto, Bagno (2011) destaca alguns processos, tais como: a gramaticalização, a analogia e a economia linguística, que contribuem para efetivar determinadas mudanças na língua.

1.1. O fenômeno da economia linguística

Marcos Bagno (2011), em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, enuncia:

Economia linguística é um termo que recobre uma gama de processos que se caracterizam por representar mecanismos de mudança que tentam reagir positivamente a dois impulsos: (a) poupar a memória, o processamento mental e a realização física da língua, eliminando os aspectos redundantes e as articulações mais exigentes; (b) preencher lacunas na gramática da língua, de modo a torná-la mais eficiente como instrumento de interação sociocomunicativa.

Ao adotar a definição proposta por Bagno, percebe-se que a economia linguística é um fenômeno que tem como princípio a eliminação de certos termos, com o objetivo de facilitar e simplificar o ato da fala, além da criação de novas configurações linguísticas com o intuito de aumentar a efetividade da comunicação.

Segundo Bagno (2011), o fenômeno da economia linguística permeia os campos da fonética, fonologia e morfossintaxe.

No que concerne ao domínio fonético-fonológico, os princípios da economia linguística tendem a se acomodar de acordo com o padrão da configuração articulatória dos seres humanos.

As mudanças fônicas são lentas e graduais e têm sua origem num sujeito falante, num grupo social etc., até que se generalizam e se estendem a toda a comunidade, embora só se generalizem aquelas que são admitidas pela língua em sua exigência de intercomunicação. A língua se adapta às necessidades expressivas dos falantes e é a alteração da língua que lhe dá continuidade histórica (CALLOU; LEITE, 1995 *apud* BAGNO, 2011).

Alguns processos de economia linguística no campo fonético-fonológico podem ser citados pelo destaque na evolução da história das línguas, além de fácil visualização na fala de muitas variedades do português brasileiro. A título de exemplo e visando uma análise mais detida de como se dá tal fenômeno na língua, entre os processos mais frequentes e visíveis, é possível destacar: a assimilação, a epêntese, a síncope, o rotacismo e a haplogia.

Segundo Bagno *et al.* (2011), a assimilação é um processo que se dá quando um som transforma outro próximo, tornando-o semelhante ao primeiro. No português, é possível notar vários exemplos de palavras que sofreram assimilação ao longo do tempo:

- persona > pessoa > pessoa.
- nostro > nosso.

Conforme Bagno (2011), a assimilação também ocorre em muitas variedades do português brasileiro, onde o grupo –rs– é comumente pronunciado como –s–, configurando uma variação socioeconômica, e pode ser percebido nas palavras:

- universidade > unive[s]idade.
- comércio > comé[s]io

Linguistas apontam ainda outro exemplo de assimilação na fala natural tanto de pessoas letradas, quanto iletradas – muitos falantes realizam a troca da terminação do gerúndio –ndo pela forma reduzida –no:

- “Não ouvi você **falano**” – falando > falano.
- “Tá **tapano** a TV” (vide Anexo A) – tapando > tapano.

A epêntese, por sua vez, é um processo de adição de som, isto é, consiste no acréscimo de um segmento sonoro no interior da palavra. É muito frequente a utilização deste processo no português brasileiro, na eliminação de hiatos, com o intuito de facilitar a pronúncia da palavra:

- “Nós te consideramos uma pessoa muito **bo[u]a**” – boa > bo[u]a.

Ainda mais frequente no português brasileiro é a epêntese do [i] com o [s] final:

- “Não esqueço a sua **vo[i]z**” – voz > vo[i]z.

Com efeito, em decorrência da epêntese, a grafia de muitas palavras também fica comprometida quando falantes fiéis à pronúncia escrevem, por exemplo, “mais” pretendendo exprimir a ideia de “mas”, ou mesmo “nois” para “nós”.

A síncope, por outro lado, ocorre quando há (ou houve) a supressão de um segmento fônico no interior da palavra, conforme se segue:

- régula > régua.
- pópulu > povo.

Já o rotacismo é um processo que consiste na substituição do fonema lateral [l] pelo vibrante [r]. Em muitas variedades estigmatizadas do português brasileiro, o rotacismo é muito frequente – a articulação da vibrante [r] parece ser mais fácil que a de [l].

- “De tanto levar **frechada** do teu olhar” – flechada > frechada.

Por último, a haplologia é um processo de eliminação de um segmento fônico no interior da palavra, quando este vem repetido, para simplificar a pronúncia. No português brasileiro, é possível perceber algumas construções com haplologia em algumas variedades estigmatizadas, conforme se segue:

- “Ele disse que estava **frustado**” – frustrado > frustado

Faz-se importante destacar que o fenômeno da economia linguística não fica restrito apenas ao plano fonético-fonológico, mas também se dá no domínio da morfossintaxe. Neste sentido, conforme Marcos Bagno (2011), a economia linguística opera principalmente “o mecanismo cognitivo da eliminação de redundâncias”, sobre o qual explica, em outras palavras: “Se determinada categoria sintática já vem expressa num elemento do sintagma, não precisa ser expressa nos demais.”

É possível perceber, então, que o fenômeno da economia linguística no campo da morfossintaxe trata da interrupção de determinado segmento em todos os constituintes de uma sentença, em um processo de simplificação.

Se o sujeito de um verbo, por exemplo, está marcado pela flexão do verbo, então, o ‘índice pessoal do sujeito’ pode ser suprimido ou dispensado.

Bagno (2011, p. 161) dá o exemplo do latim, onde era muito raro encontrar os “índices pessoais do sujeito” junto aos verbos, tendo em vista que a flexão dos verbos já indicava o sujeito. Neste sentido, é interessante observar a conjugação do verbo “amar” em latim:

- 1) *amo*;
- 2) *amas*;
- 3) *amat*;
- 4) *amamus*;
- 5) *amatis*;
- 6) *amant*.

Traçando a mesma linha de pensamento, Bagno (2011) ressalta que no português, com a evolução da língua, o aparecimento do “índice pessoal-sujeito” antes do verbo passou a ser necessário visando o aumento da clareza da construção. Tal fato se deu devido à algumas mudanças na língua, como, por exemplo, a substituição do termo “tu” pelo termo “você”, a inserção do pronome “a gente”, e sua frequente utilização em detrimento do pronome “nós”, e o total desaparecimento da forma “vós”.

Neste sentido, a título de exemplo, em relação ao verbo “amar” no português brasileiro, a forma flexionada “ama” pode corresponder a mais de uma pessoa do discurso: “você ama”; “ele/ela ama”; “a gente ama”; e em algumas variedades estigmatizadas do português: “nós ama”; “vocês ama”; “eles/elas ama”. Assim, para um completo entendimento do sentido da sentença, é necessário explicitar “quem” ama, já que em “você”, “ele/ela”, “a gente”, e também em “vocês”, “eles/elas”, o verbo é flexionado da mesma forma.

Segundo Bagno (2011), o fenômeno da economia linguística opera no sentido de “restringir a indicação morfológica a apenas um dos elementos do sintagma”, isto é, elimina redundâncias das construções linguísticas, evitando que a indicação de pessoa tenha que ser marcada tanto no sujeito quanto na flexão.

É importante salientar que o fenômeno da economia linguística, além de simplificar a fala, também ‘aumenta a eficácia do ato comunicativo’. Assim, não se tem somente restrições e eliminações, mas tal fenômeno também engloba casos que trazem alguns ganhos e compensações, o que pode ser percebido, como enuncia Bagno (2011), no caso dos tempos verbais, onde os falantes preferem usar o pretérito mais-que-perfeito composto, em vez do simples – a forma “tinha feito” é mais utilizada, em detrimento da forma “fizera”, por exemplo. Em outro caso, o pronome demonstrativo “este” está desaparecendo da língua oral pelo processo de assimilação. Os falantes consideram mais simples empregar o pronome “esse”, adicionando-o a um advérbio de lugar: “esse aqui”, ou “esse aí”.

A partir das referidas considerações, cabe realizar um estudo especificamente sobre a marcação de número nos elementos constituintes de uma sentença, conforme se dará a seguir.

CAPÍTULO 2

O CASO DO PLURAL

Ao analisar o uso dos plurais na língua portuguesa, é preciso passar pelo fenômeno da concordância. A concordância (nominal e verbal) é um fenômeno que vem sendo muito discutido por linguistas e outros estudiosos que se interessam pelo estudo da história da língua.

Basta prestar atenção na interação sociocomunicativa entre as pessoas para perceber que o referido fenômeno é um dos que mais tem se mostrado como divisor e águas entre a fala dita ‘culto’ e ‘inculto’, ‘certo’ e ‘errado’. A diferença é clara: falantes com um maior nível de escolaridade realizam a concordância com mais frequência que falantes com um nível de escolaridade menor. Entretanto, segundo Bagno (2011), “não existe ninguém que realize a concordância em todas as circunstâncias previstas pela gramática normativa”.

Cunha e Cintra, Evanildo Bechara e outros gramáticos apresentam em suas diversas publicações, um conjunto detalhado de regras de concordância.

[...] em português a concordância consiste em se adaptar a palavra determinante ao gênero, número e pessoa da palavra determinada (BECHARA, 1999).

Porém, como afirma a linguista Silvia Figueiredo Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005), tais regras “pautadas numa tradição escrita, de natureza literária fogem do que se observa tanto na fala espontânea, quanto na fala formal”. Ou seja, a gramática tradicional, além de não acompanhar a complexidade de fatores linguísticos e extralinguísticos que influenciam a realização da concordância pelos falantes, não contempla observações sobre as variações sofridas pelas regras no uso efetivo da língua.

Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005) oferta uma definição interessante para o fenômeno da concordância nominal:

[...] concordância nominal é como, tradicionalmente, se denomina a reiteração do mesmo conteúdo morfológico (categoria de gênero ou de número) de um nome no(s) determinantes (artigo, demonstrativo, possessivo), quantificador(es) e/ou adjetivo(s) a ele inter-relacionado(s) sintática e semanticamente, o que funciona por vezes, como uma marca explícita ou *redundante* dessa interdependência.

A autora Silvia Brandão realizou, em 2005, um relevante estudo sobre a concordância nominal na marcação de número. Em suas pesquisas, tal qual postula Tarallo (1986), levou em consideração aspectos relacionados à própria estrutura do sintagma nominal, e os aspectos ditos extralinguísticos como as características do falante que proferia a sentença (tais como: sexo, idade, nível de escolaridade e área residencial – rural ou urbana).

Segundo Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005), o sintagma nominal é uma “construção sintática que contém um elemento nuclear, o Nome, e outros elementos como quantificadores e determinantes, ou sintagmas adjetivais, preposicionais e oracionais”. A fim de observar a flexão de número, os constituintes mais importantes são: os determinantes, os quantificadores e os adjetivos. Com relação aos fatores extralinguísticos, o que se mostra mais decisivo para a realização das variações é o nível de escolaridade do falante (que, no Brasil, está relacionado ao contexto socioeconômico em que vive).

Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005) destaca uma pesquisa realizada por Almeida (1997) na cidade do Rio de Janeiro, que contou com um total de “4.784 vocábulos suscetíveis a receberem marca de número, distribuídos por 2.865 SN’s, dos quais 2.544 formados por dois constituintes”. Sobre os resultados de tal pesquisa, Almeida (1997 *apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005) afirma:

É altíssima a frequência de cancelamento da marca de número no núcleo do SN, em contraste com os índices referentes a determinantes e quantificadores.

Com os dados obtidos na pesquisa de Almeida (1997), algumas constatações foram feitas por Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005), entre as quais, destacam-se:

- 1) Em algumas construções, todos os elementos flexionáveis do sintagma recebiam marca de número: “As escamas”; em outras, apenas o primeiro constituinte recebia a marca: “Outras lagoa”.
- 2) Quando um numeral encontrava-se em posição pré-nuclear, o cancelamento da marca de número no Nome sempre acontecia: “três barco”.

Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005), observando outros padrões de variedade que surgiram na pesquisa, constrói as seguintes noções:

- O Nome (constituente nuclear) pode receber a marcação de plural, ou não. “As **espinhas** miúdas”.
- Quando se tem apenas um constituinte à esquerda do Nome (posição pré-nuclear), este recebe a marca de plural: “As **guelra** vermelha”.
- Quando existem dois constituintes pré-nucleares, o que está na posição 1 (mais à esquerda) recebe a marca de plural, e o que está na posição 2 pode ou não recebê-la: “Todos os **ponto**”, e, “As própria **rede**”.
- Quando o constituinte está na posição 3, não recebe a marca de plural: “Os dois melhor **mês**”.
- Quanto aos constituintes pós-nucleares (que estão à direita do núcleo), é comum que não recebam marca de número. “Aqueles **cantinho** mais manso”.

Analisando as constatações provenientes da pesquisa de Almeida (1997) e os exemplos retirados de Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005), é possível perceber a seguinte tendência: os constituintes pré-nucleares tendem a receber com mais frequência a marca de plural, e os pós-nucleares tendem a não recebê-la.

Com o objetivo de obter uma melhor compreensão acerca do fenômeno da concordância, diversos estudos vêm testando o chamado princípio do ‘paralelismo formal’, que, de acordo com Scherre (1988), “consiste na ideia de que marcas levam marcas, e zeros levam zeros”. Ou seja, a presença da marca de plural em um constituinte condiciona a presença da marca também no elemento seguinte. O mesmo ocorre com a ausência de marca – repetida no elemento subsequente. Sobre tal princípio, Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005) traz os seguintes exemplos:

- “TodoS oS meuS alunoS leram o livro”.
- “Comentei oS livro(0) didático(0)”.

Em acréscimo, Lemle e Naro (1977) lançaram a proposta de outro princípio: o da ‘saliência fônica’, que consiste no fato de que as formas em que o plural reside apenas na presença do –s, como em “menino” “meninos”, seriam mais suscetíveis a não apresentar a marcação de número; as formas em que o plural exige uma pronúncia de forma mais saliente,

como, por exemplo, em: “ovo” e “ovos”, “coração” e “corações”, apresentam mais marcações de número.

Procurando traçar uma análise ainda mais clara, é possível buscar outros dados de variação da marcação de número. Músicas populares, charges e histórias em quadrinhos constituem uma fonte muito rica de estudos linguísticos. Neste sentido, faz-se importante observar os trechos a seguir:

1) Trecho da música *Asa Branca*, de Luiz Gonzaga:

Hoje longe, **muitas légua**

Numa triste solidão

Espero a chuva cair de novo

Pra mim vortar pro meu sertão.

2) Trecho da música *Cuitelinho*, de Pena Branca e Xavantinho:

Cheguei na beira do porto

Onde **as onda se espaia**

As garça dá meia volta,

senta na beira da praia.

(Trecho de Cuitelinho)

Conforme o exposto, a conclusão é inevitável: nas construções sintáticas, a ‘área mais à esquerda’ apresenta uma predisposição maior à presença de marcas de plural, como se a marca funcionasse como um ‘sinal’ de que aquele grupo de palavras encontra-se no plural: “muitas légua”, “as onda”, “as garça”.

E ainda, o processo da marcação e da não marcação de plural, parece obedecer ao princípio do ‘paralelismo formal’, apesar de, em outros casos, o princípio da ‘saliência fônica’ também explicar a ocorrência de muitas marcas no plural, como dito.

Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005) afirma que, apesar da chamada variedade popular, parecer simplificar o processo de concordância, a operação cognitiva parece ser um pouco mais complexa:

Para os demais falantes a operação é mais complexa: têm não só de ter a noção de conjunto, mas também de nele depreender dois subconjuntos: o que se encontra à esquerda do núcleo e o que nele se inicia. No primeiro, normalmente aplicará as marcas; no último, poderá deixar de aplicá-las.

Em resumo, o processo de concordância de número padrão, no qual todos os elementos flexionáveis recebem marcação, e o processo de variação que elimina redundâncias, isto é, tudo aquilo que está “além do necessário”, apresentam certa complexidade, porém, obedecem às regras e princípios sistemáticos da língua.

CAPÍTULO 3

O PORTUGUES E OUTRAS LÍNGUAS: O INGLÊS E O FRANCÊS

De acordo com estudos sociolinguísticos, construiu-se a noção de que o fenômeno da concordância é, de certo modo, redundante. Neste sentido, Bagno (2011) enuncia: “A prova mais evidente de que a concordância é redundante, ou seja, tautológica, excessiva e dispensável, está precisamente no fato dela ser... dispensada”. Segundo Bagno (2011), em algumas línguas, os falantes abandonaram várias regras de concordância ao longo do tempo, sem comprometer a efetividade da comunicação.

Neste sentido, Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005) afirma que o fenômeno da concordância é variável, o que quer dizer que, em algumas línguas, este apresenta ocorrência escassa, porém, em outras, se dá de forma abundante.

A ausência de marca de número em alguns vocábulos não deve ser encarada como algo excepcional ou errôneo, não só pelo fato de um sistema linguístico implicar diferentes normas de uso, mas também porque, nas gramáticas de diversas outras línguas como a do inglês, por exemplo, são canônicas construções em que só no nome se concentra a indicação de número singular/plural (BRANDÃO *apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005).

Em muitas línguas, como acontece nas variedades do português, a informação de número fica preservada nos determinantes, isto é, no elemento que inicia toda a construção do sintagma; raramente, a informação aparece nos substantivos, como é o caso do inglês.

No caso da língua inglesa, em construções como “*The beautiful girls*” (Brandão *apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005), e “*My beautiful yellow flowers*” (Bagno, 2006), percebe-se que todos os elementos da sentença permanecem inalterados, com exceção do substantivo. Isto é, a marca –s em “*girls*” e “*flowers*” mostra-se suficiente para posicionar toda a construção no plural.

Bagno (2011) destaca uma importante exceção:

Os demonstrativos *this/that*, que apresentam uma forma diferente no plural, *these/those*, representam uma exceção notável, sendo os únicos determinantes da língua que se flexionam conforme o número dos determinados.

Bagno (2011) também recorda que algumas palavras no inglês são escritas e pronunciadas de uma forma no singular, porém, são concebidas de modo diferente no plural. Como exemplos, tem-se: *woman* (mulher) e *women* (mulheres); *child* (criança) e *children* (crianças). Tais exceções, contudo, não invalidam o processo de concordância observado – que ocorre majoritariamente na língua.

Já no caso do francês, apenas o artigo é pronunciado no plural. Os outros elementos são marcados ortograficamente, porém, não oralmente. Neste sentido, Bagno (2006) apresenta os seguintes exemplos:

- “*Je veux te donner la belle fleur jaune que poussait dans mon jardin*”; no português: “Quero te dar a bela flor amarela que crescia em meu jardim”. (singular).
- “*Je veux te donner les belles fleurs jaunes qui poussaient dans mon jardin*”; no português: “Quero te dar as belas flores amarelas que cresciam em meu jardim”. (plural).

A diferença entre as duas sentenças se dá na medida em que, na segunda, os elementos estão flexionados, recebendo a marcação de plural. Porém, como o francês é uma língua em que a escrita e a fala são muito distantes, a terminação da maioria das palavras não é pronunciada. Sendo assim, oralmente, não se tem a marcação dos elementos no decorrer do sintagma. A única diferença entre o singular e o plural na fala é o artigo “**la**” (no singular) e “**les**” (no plural). Tal fato pode ser comparado com as construções variantes no português, como, por exemplo, em “**as** casa”, “**uns** livro”.

Em sintonia com as ideias apresentadas, Bagno (2011, p. 238), em sua *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, expõe um estudo sobre línguas africanas, com destaque às línguas bantas, faladas pelo povo banto:

A maioria dos escravos vindos para o Brasil falavam línguas da família banta, principalmente o quimbundo, o umbundo e o quicongo, muito aparentadas entre si e que até hoje são amplamente utilizadas em Angola e em outros países vizinhos. A contribuição lexical dessas línguas é notável: utilizamos diariamente uma grande quantidade de palavras de origem banta sem nos darmos conta disso.

Segundo Bagno (2011) e Lucchesi *et al.* (2003), as línguas do grupo banto, entre as demais línguas africanas, foram aquelas que mais exerceram influência sobre o português brasileiro. Os estudos de Bagno evidenciam que nas línguas bantas, as indicações de número são feitas não por terminações, mas sim por ‘prefixos’. Neste sentido, percebe-se que a marcação de número em variedades do português brasileiro, realizada apenas nos elementos mais à esquerda da sentença, pode ser uma influência das línguas bantas, isto é, a variação se dá em decorrência do contato das duas línguas.

- “**Ques** coisa bonita!”
- “**Ques** menino atrevido!”
- “**Ques** nota!” (A ocorrência observada, em muitos casos, é: “Qu[i]s nota!” – vide Anexo A).

Ao perceber tal (complexo) quadro de variação, e compreender como o mesmo ocorre e por que ocorre, surge um questionamento que, para muitos estudiosos, parece ser ignorado: se o fenômeno da concordância de número, bem como inúmeros outros fenômenos que sofrem variações, deve ser ensinado em escolas, de que forma deve se dar tal ensino?

CAPÍTULO 4

COMO ENSINAR? SUGESTÕES PARA A ESCOLA

Segundo Bagno (2011), no que diz respeito a não marcação de número em elementos sintagmáticos, entre todas as possibilidades, o que mais provoca um juízo de valor negativo em quem ouve é a não concordância entre sujeito e verbo (no caso da concordância verbal) e entre nome e determinantes (no caso da concordância nominal), quando tais elementos encontram-se em ‘contiguidade sintática’, isto é, sem muita ‘distância’ entre si no sintagma.

Tendo em vista os julgamentos preconceituosos existentes diante da não concordância, em uma sala de aula, o professor deve ser claro e explícito ao explicar que existe uma forma padrão e uma variante que funcionam e atingem objetivos comunicativos, fazendo-se necessário delimitar quais as situações de uso de cada uma.

Cabe aos professores desenvolver competências e habilidades cognitivas e comunicativas nos estudantes, fazendo uso de uma boa didática e do respaldo de um material didático rico e completo. Primordialmente, os professores devem orientar os alunos a identificarem em textos de diferentes gêneros, as variedades linguísticas sociais, regionais e de registro, bem como reconhecerem as marcas linguísticas que singularizam as diferentes variedades, e compreenderem os efeitos de sentido resultantes do uso de determinados recursos expressivos. Uma sugestão é que os professores selecionem textos como, por exemplo, charges que circulam em redes sociais na *internet*, e que contenham índices variantes de concordância, para que, partindo destes tipos de texto – que correspondem a uma realidade próxima à dos alunos, estes possam comparar as diversas construções com aquelas que seguem as prescrições da gramática normativa. Neste sentido, Brandão (*apud* VIEIRA; BRANDÃO, 2005) afirma que o papel dos professores é ensinar sempre com bom senso e “ancorando na realidade, a variedade de prestígio”.

As charges encontradas em Anexo no presente estudo constituem exemplos de textos que podem ser utilizados na realização de algumas atividades. Um bom método a ser seguido, em sala de aula, é que os professores incitem a reflexão dos alunos com alguns questionamentos, tais como:

- “Em todas as situações apresentadas, a comunicação ocorre de maneira bem sucedida?”
- “Existe ‘certo’ e ‘errado’ no idioma?”
- “Uma frase pode estar linguisticamente correta, mas gramaticalmente incorreta?”
- “As construções apresentadas estão de acordo com a norma padrão? Por quê?”
- “Como seria possível adequar tais construções a uma situação formal de comunicação?”

Assim, os estudantes serão induzidos a pensar criticamente sobre as estruturas linguísticas existentes. Após uma discussão realizada em sala, a partir das respostas dos alunos, o professor pode selecionar textos que estão de acordo com a norma padrão, realizando exercícios de comparação, adequação e, em seguida, fixação das normas. Os alunos, sem dúvida, serão levados ao conhecimento e ao domínio da forma padrão, compreendendo o funcionamento da língua de acordo com suas diferentes situações de uso.

De fato, as escolas têm o dever de ensinar aos alunos a forma culta e padrão da língua, uma vez que o acesso à norma culta permite que os mesmos dominem a informação de determinados meios formais de comunicação, adquirindo, assim, mais conhecimento. Contudo, as escolas não devem ignorar a bagagem linguística já existente no aluno, classificando-a como errada e impondo, autoritariamente, a norma culta como a única maneira correta de uso da língua.

Pelo contrário, os professores devem aproveitar a maneira com a qual os alunos já são competentes no uso da língua, para, então, ensinar a forma padrão, mostrando que a forma culta não é outra “língua”, totalmente diferente e dissociada daquela já existente em sua vivência diária.

Os professores devem explicar aos alunos que todo falante de uma língua é naturalmente competente no uso da mesma, ou seja, consegue produzir sentenças condizentes ao contexto em que está inserido, e ser compreendido pelo interlocutor, isto é, se fazer entender, obtendo sucesso em sua comunicação. Assim, dentro de uma variação, uma

sentença pode não estar de acordo com as normas gramaticais propostas pela gramática tradicional, mas pode estar linguisticamente correta, pois realiza uma comunicação efetiva.

Muitas vezes, o que é chamado de ‘erro’ nada mais é que um fenômeno da língua que está em curso ou em substituição de uma forma tradicional da gramática por outra mais simplificada, e que atenda melhor as necessidades sociais da comunidade linguística.

De fato, existem certas estruturas que no passado foram consideradas erradas, mas que hoje são completamente aceitas, e existem estruturas que hoje são inaceitáveis, mas que no futuro podem ser consideradas como certas. Uma língua é uma forma de ver o mundo e de representar a realidade; não fica mais pobre com as variações, mas, pelo contrário, mais rica fica uma língua quanto mais falada ela é, e quanto mais atender às necessidades dos falantes. A língua vai se transformando de acordo com os fenômenos sociais e com as exigências da comunidade.

Faz-se importante destacar que a escola deve fazer entender junto aos alunos que não existe variedade “melhor” ou “pior”, ou língua mais “pura” ou mais “corrompida”. É fundamental não ridicularizar, sendo necessário respeitar as variedades linguísticas, porque também são formas de se enxergar o mundo. Neste sentido, é papel dos professores encorajar os alunos a abandonarem ‘preconceitos linguísticos’, bem como reconhecerem os fenômenos da língua, sempre respeitando as variações e julgando com sensatez as situações adequadas para utilizá-las.

As escolas, tendo como objetivo principal o fato de que os alunos se comuniquem de forma mais eficiente e adequada, devem, além de garantir que os alunos aprendam as regras gramaticais (padrão) que gozam de prestígio na sociedade contemporânea, trabalhar também no sentido de conscientizar os alunos, de que a língua não é estática e imutável, mas sim, um organismo vivo, sujeito a variações que oferecem possibilidades aos falantes. Assim, a escola é capaz de fazer com que os alunos desenvolvam uma competência linguística mais ampla e atenta aos fenômenos e à dinamicidade da língua.

Em suma, o trabalho dos professores deve ser direcionado a formar não meros conhecedores das estruturas das gramáticas tradicionais e repetidores de conhecimento, mas pensadores críticos, que sejam capazes de investigar, pesquisar e se questionar acerca da língua. É necessário que as escolas formem estudantes interessados, que queiram se deixar fascinar pelos estudos da dinamicidade e da evolução da língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as línguas [variedades] do plurilinguismo , qualquer que seja o princípio subjacente a elas e que torna cada uma única, são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas de conceitualizar o mundo em palavras, visões específicas do mundo, cada uma caracterizada por seus próprios objetos, significados e valores. Como tais, todas elas podem ser justapostas umas às outras, se suplementar mutuamente e se inter-relacionar dialogicamente. Como tais elas encontram umas às outras e coexistem na consciência das pessoas concretas [...]. Como tais, essas línguas [variedades] vivem uma vida concreta, se embatem e evoluem num ambiente de plurilinguismo social (BAKHTIN, 1981 *apud* FARACO *et al.*, 2005).

As línguas constituem sistemas vivos; se modificam de forma a melhor atender às necessidades dos falantes. Adquirir a noção de variação e mudanças linguísticas constituiu o interesse inicial principal do presente estudo.

Entre os principais fatores que impulsionam as variações e mudanças linguísticas, tem-se o processo da economia linguística, que consiste em um fenômeno cognitivo, relacionado ao processamento interior da língua pelo falante.

No que diz respeito à marcação de plural, torna-se fundamental a importância do estudo do fenômeno da economia linguística, tendo em vista que este visa simplificar paradigmas e ampliar a efetividade do ato comunicativo.

A marcação de número em elementos sintagmáticos padrão, isto é, a concordância de número padrão, é redundante e tautológica. Já a marcação de número realizada em variantes do português, por sua vez, conforme evidenciado em pesquisas de diversos autores aqui apresentados, tende a eliminar redundâncias – seguindo o princípio da economia linguística, e a restringir a marcação de número apenas a um elemento do sintagma – o elemento mais à esquerda.

Também foi possível observar que o que acontece em variantes do português, no que concerne à marcação do plural, não é exclusividade da língua portuguesa, pois se dá de forma semelhante na língua inglesa e na pronúncia do francês.

Uma possível explicação, isto é, uma explicação coerente e muito bem aceita pela maioria dos estudiosos da área, para o que acontece com as variações da marcação de plural, é a influência do contato linguístico do português com as línguas africanas do grupo banto,

trazidas ao Brasil pelos escravos. Tal associação se deve pelo fato daquelas línguas possuírem a marcação de número em prefixos, e não em terminações.

A presente pesquisa apresentou, em seu final, uma reflexão crítica acerca do ensino de língua. Algumas sugestões aos docentes de Ensinos Fundamental e Médio, enquanto educadores – principalmente, de crianças e jovens –, foram levantadas com o objetivo de tornar mais instigante, interessante e apaixonante aos alunos, o estudo da língua portuguesa. Contudo, não foi a pretensão das linhas aqui expostas, esgotar a discussão acerca do assunto, mas apenas realizar uma compilação de estudos relacionados à variação linguística com relação à marcação de número, bem como levantar algumas questões acerca do ensino de língua portuguesa que merecem ser repensadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, E. M. **A variação da concordância nominal num dialeto rural**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1997.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália**: novela sociolinguística. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

_____. **Português ou brasileiro?: um convite à pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37. ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

BRANDÃO, Silvia F. Concordância Nominal. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2005.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 3. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

CINTRA, L. F. L; CUNHA, C. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

FARACO, C. A. *et al.* **Linguística histórica**: uma introdução ao estudo da história das línguas. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.

FERREIRA, Mauro. **Aprender e praticar gramática**. Ed. renovada. São Paulo: FTD, 2003.

LABOV, William. **Padrões sociolinguísticos**. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

LEMLE, M.; NARO, A. **Competências básicas do português**. Rio de Janeiro: Mobral, 1977.

SCHERRE, M. M. P. **Reanálise da concordância nominal em português.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística.** São Paulo: Ática, 1986.

ANEXO A - Figuras

As figuras apresentadas a seguir, configuram realizações de variações, sendo utilizadas como material linguístico na realização do presente estudo: as Figuras 1, 2 e 3 constituem charges cômicas de um personagem que ficou famoso em redes sociais na *internet*; a Figura 4, por sua vez, foi considerada como uma reflexão motivadora da presente pesquisa, principalmente na última seção, voltada para o alerta contra preconceitos linguísticos e a discussão sobre o ensino de língua.



Figura 1 - Variações consideradas: "ur menino"; "tapano".

Fonte: <https://facebook.com/ArmariaMainhaOriginal?fref=ts> acessado em 08/12/13 às 14h.



Figura 2 - Variação considerada: “Dur menino”.

Fonte: <https://facebook.com/ArmariaMainhaOriginal?fref=ts> acessado em 08/12/13 às 14:02.



Figura 3 - Variações consideradas: “Quis nota”; “As nota”.

Fonte: <https://facebook.com/ArmariaMainhaOriginal?fref=ts> acessado em 08/12/13 às 14:05.



Figura 4 – Variações consideradas: “Quar são minhas nota”; “feiz”; “mais”.

Fonte: <https://.google.com.br/search?q=chico+bento+variacao+linguistica> acessado em 08/12/13 às 15h.